



Entre a produção e o consumo: contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para a soberania alimentar em Itapicuru/BA
Between production and consumption: contribution of the National School Feeding Program – PNAE for food sovereignty in Itapicuru/BA

MATOS, Murilo; MENEZES, Sônia
PPGEO/UFS, murilo.1460@gmail.com; DGE/PPGEO – UFS, soniamendoncamenezes@gmail.com

Eixo temático: Campesinato e soberania alimentar

Resumo: As discussões sobre soberania alimentar fazem um contraponto às contradições resultadas pelo agronegócio, e defende a autonomia dos povos na organização de produção agrícola de acordo com sua cultura. O apoio do Estado é fundamental para a concretização desse projeto, e o PNAE contribui para o fortalecimento da agricultura familiar/camponesa por meio da aquisição dos produtos para a alimentação escolar. A pesquisa objetiva analisar os efeitos do PNAE para a agricultura familiar/camponesa em Itapicuru/BA após a inserção dos alimentos no cardápio escolar a partir de 2017. A metodologia adotada é o estudo de caso, inicialmente com a revisão bibliográfica, seguido do levantamento de dados estatísticos, aplicação de entrevistas e questionários, e sistematização das informações coletadas. Os agricultores familiares/camponeses destacaram a importância do PNAE para a reprodução social de suas famílias. O Estado tem um papel fundamental em efetivar políticas públicas, como o PNAE, para o fortalecimento desses sujeitos.

Palavras-chave: PNAE; Agricultura familiar/camponesa; soberania alimentar.

Keywords: PNAE; family farming/peasant; food sovereignty.

Introdução

Nas últimas décadas, os questionamentos acerca do modelo produtivo hegemônico adotado no espaço agrário têm-se tornado centralidade, diante das contradições resultantes da produção agroexportadora. Pensar a soberania alimentar na perspectiva da agricultura familiar/camponesa, categoria responsável pelo abastecimento dos mercados e feiras locais com alimentos de qualidade, é contrapor essa lógica dominante, relacionada ao agronegócio (VINHA; SCHIAVINATTO, 2015). Essa condição é estabelecida quando esses sujeitos obtêm os recursos essenciais para a escolha do seu modo de produção de forma autônoma, de acordo com os seus costumes e cultura alimentar (RAMOS FILHO, 2018).

A agricultura familiar/camponesa demanda por políticas públicas direcionadas para o fortalecimento da categoria, e a intervenção do Estado com a efetivação de políticas que objetivam subsidiar as condições necessárias para o estabelecimento da soberania alimentar é fundamental. A iniciativa estatal promove o acesso desses sujeitos a esses recursos por meio da abertura de mercados institucionais (CORREA, 2016).



O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE além de objetivar garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes da rede pública de ensino básico do país (CASTRO; BOMBARDI, 2012), também contribui para o fortalecimento da agricultura familiar/camponesa por meio da aquisição dos seus produtos para o mercado institucional da alimentação escolar.

Esse programa é regulamentado pela Lei nº 11.947/09, que estabelece em suas diretrizes um percentual mínimo de 30% dos recursos financeiros deve ser direcionado para a compra dos produtos da agricultura familiar/camponesa, preferencialmente de assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas (RAÚ, 2016).

Ao evidenciar a importância do PNAE em sua relação com os agricultores familiares, a presente pesquisa tem por objetivo analisar os efeitos do PNAE para a agricultura familiar em Itapicuru/BA após a inserção dos alimentos no cardápio escolar a partir de 2017.

Metodologia

A pesquisa tem por finalidade uma leitura do objeto de estudo a partir de uma análise quanti-qualitativa adotando a metodologia de estudo de caso, com a compreensão das dimensões econômicas, políticas e sociais da realidade do município de Itapicuru/BA acerca da conjuntura da agricultura familiar/camponesa local e a sua inserção no mercado institucional da alimentação escolar por meio do PNAE.

Inicialmente, a abordagem da temática ocorrerá com uma revisão bibliográfica a partir de autores que teorizam sobre conceitos como política pública, PNAE e sua relação com a agricultura familiar/camponesa, segurança e soberania alimentar. Em seguida foi realizado levantamento de dados estatísticos em instituições como o IBGE, INCRA, MDA, FNDE, secretarias municipais, para compreensão da dimensão histórica, econômica e social do recorte espacial da pesquisa.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares inseridos no programa para a obtenção de informações empíricas acerca da realidade da agricultura familiar/camponesa local. Também entrevistados os representantes do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, da prefeitura municipal, merendeiras e nutricionista do município, além da aplicação de questionários com os estudantes. Posteriormente esses dados serão sistematizados com a construção de mapas, gráficos e tabelas para a realização de uma análise da conjuntura do local e destacar a importância da aplicação de uma política pública para os agricultores.

Os dados apresentados pelos entrevistados serão analisados a fim qualificar a pesquisa, além de averiguar os entraves existentes para a inserção e manutenção dos agricultores familiares no programa.



Resultados e discussão

O modelo hegemônico agroexportador vigente no espaço rural brasileiro consolidou-se pautado na narrativa das demandas para a modernização da agricultura por meio da Revolução Verde, com a implementação de insumos, fertilizantes e agrotóxicos. O discurso era favorável ao aumento da produção agrícola para equacionar a problemática da insegurança alimentar (VINHA; SCHIAVINATTO, 2015). No entanto, esse argumento não se concretizou na realidade, ou seja, mesmo com o crescimento da produção de gêneros alimentícios, concomitantemente o problema da fome se agravou.

Diante das contradições resultantes das relações hegemônicas do agronegócio e do agravamento da problemática da fome, surgiu o conceito de soberania alimentar. De acordo com Vinha e Schiavinatto (2015), esse pensamento foi lançado pela Via Campesina na década de 1990, apresentando-se como um embate e contestação às políticas efetivadas no espaço rural via imposição do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio – OMC. Essa proposta tem como pressuposto a defesa da garantia dos povos e países em estabelecer seu modelo de produção em consonância com suas demandas e cultura local, em contraposição ao agronegócio.

A noção de soberania alimentar defendida pela Via Campesina promove a necessidade de articular as várias dimensões, integra a produção de alimentos e bens para reprodução da vida humana e do meio ambiente. É uma condição que está além da discussão acerca da segurança alimentar e nutricional. Pensar a construção de políticas públicas aliada ao princípio da soberania, desperta a crítica acerca do modelo de desenvolvimento adotado pelo sistema hegemônico.

As políticas públicas articuladas à soberania alimentar assumem um posicionamento díspar às políticas beneficiadoras da produção de *commodities*, da agricultura exportadora do agronegócio, promotora da fome no mundo. Defender a soberania alimentar significa defender os alimentos de qualidade que proporcionam saúde e fazem o uso de tecnologias apropriadas com vistas à preservação da natureza. É também acreditar na possibilidade humana de construir a territorialidade desarticulada do *modus operandi* do sistema econômico hegemônico (FERNANDES, 2015). Ainda constitui a valorização do trabalho decente, e, esses sujeitos precisam ser remunerados adequadamente para facilitar também o consumo de alimentos.

O PNAE foi instituído para garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes da rede pública de ensino básico do país (CASTRO; BOMBARDI, 2012), esse programa também contribui para o fortalecimento da agricultura familiar/camponesa por meio da aquisição dos seus produtos para o mercado institucional da alimentação escolar. Essa é uma política pública emancipatória, construída juntamente com a participação da sociedade civil, por intermédio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Segundo Raú (2016) a conquista para agricultura familiar/camponesa deu-se por meio da



institucionalização da Lei nº 11.947 em 16 de junho de 2009. A citada lei passou a regulamentar o programa, e estabelece dentre suas diretrizes a obrigatoriedade da aquisição dos produtos dos agricultores/camponeses para o mercado institucional da alimentação escolar em um percentual mínimo de 30% do orçamento.

De acordo com Sziwelski et al. (2016), este mercado institucional é uma importante forma de revitalização da economia local, e em especial para a agricultura familiar/camponesa com a aquisição dos produtos para a alimentação escolar. Constitui-se uma ferramenta de estímulo às fragilidades dessa categoria.

Os investimentos direcionados para a aquisição de produtos provenientes dos agricultores familiares/camponeses teve um aumento substancial nos últimos anos, mas ainda há um potencial orçamentário a ser aplicado, se efetivado, poderá proporcionar uma dinamização econômica à agricultura familiar/camponesa no país, consolidando sua reprodução no espaço rural (CASTRO; BOMBARDI, 2012). Com base no site do FNDE é possível comprovar a evolução dos investimentos financeiros em relação ao Brasil e também no município de Itapicuru/BA (ver tabela 01).

ANO	BRASIL	ITAPICURU/BA
2018	R\$ 4.018.772.992,77	R\$ 597.798,80
2017	R\$ 3.922.641.498,32	R\$ 565.784,00
2016	R\$ 3.421.487.528,10	R\$ 524.740,00
2015	R\$ 3.759.796.639,20	R\$ 569.084,00
2014	R\$ 3.693.569.094,96	R\$ 488.020,00
2013	R\$ 3.306.504.238,00	R\$ 509.670,00

Tabela 01. Evolução do orçamento para o PNAE no Brasil e em Itapicuru/BA.
 Fonte: FNDE, 2019. Org.: MATOS, M. M. S., 2019.

De acordo com as informações contidas no PNDE o montante destinado para o município em 2019 é de R\$ 558.308,00. Desse total, segundo a nutricionista, o valor direcionado para a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar local é de 30%, correspondendo a quantia de R\$ 167.492,40, efetivando o valor mínimo estabelecido pelo programa.

Esses recursos tornam-se fundamentais para a produção agroecológica da agricultura familiar/camponesa e promove a inserção de uma diversidade de alimentos nesse mercado institucional (ver quadro 01) da alimentação escolar no município.

• Alho	• Coentro	• Mamão
• Alface	• Pimentão	• Manga
• Aipim	• Tomate	• Milho verde
• Abóbora	• Amendoim	• Farinha de mandioca
• Batata doce	• Banana	• Bolinho



• Batata inglesa	• Goiaba	• Biscoito de goma
• Cebola	• Laranja	• Iogurte
• Cenoura	• Maçã	• Ovos
• Chuchu	• Melancia	• Frango caipira

Quadro 01. Produtos da agricultura familiar/camponesa inseridos na alimentação escolar em Itapicuru/BA.

Org.: MATOS, M. M. S., 2019.

Com base nas entrevistas, os agricultores familiares/camponeses inseridos no programa responsáveis pelo fornecimento dos alimentos para alimentação escolar destacaram a relevância dos recursos financeiros do PNAE obtidos por meio da comercialização desses produtos para o mercado institucional. Foi relatada a importância que esses recursos têm para a reprodução social de suas famílias, e conseqüentemente para otimizar a qualidade de vida desses sujeitos.

Foi evidenciado pelos agricultores familiares/camponeses que o PNAE complementa e dinamiza a renda, e dessa forma proporciona condições de reprodução no espaço rural, proporcionando-lhes os recursos necessários para definir sua produção agrícola em consonância com a cultura alimentar e os saberes tradicionais para o estabelecimento da segurança alimentar.

Conclusões

Defender o projeto da soberania alimentar é fortalecer a construção de um modo de vida em prol da autonomia dos povos em estabelecer o seu modelo de produção em consonância com seus costumes e cultura alimentar, para a concretização da segurança alimentar.

A iniciativa do Estado tem uma importância significativa para promover o fortalecimento da agricultura familiar/camponesa. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE proporciona o fortalecimento dessa categoria por meio da aquisição dos produtos para a alimentação escolar. É estabelecido pelo programa que um percentual mínimo de 30% do orçamento seja direcionado para compra desses alimentos desses sujeitos.

Expandir os investimentos do PNAE na perspectiva da agricultura familiar/camponesa é subsidiar condições de fortalecimento para essa categoria, com a valorização de sua produção, bem como a força de trabalho desses sujeitos diante das dificuldades em reproduzir-se no espaço rural.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, J. F. S.; SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA). **Revista NERA (UNESP)**, v. 26, p. 183-203, 2015.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



CASTRO, T. P.; BOMBARDI, L. M. **Programa nacional de alimentação escolar – PNAE: o elo entre educação e agricultura.** USP, 2012.

CORREA, E. S. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e sua relação com a agricultura familiar em unidades de produção agrícolas de São Lourenço do Sul/RS.** Dissertação PGDR. UFRGS. Porto Alegre, 2016.

FERNANDES, B. M. Soberania Alimentar como território. *In: Conflitos agrários: seus sujeitos, seus direitos.* 1ed. Goiânia. Editora da PUC Goiás., v. 1, p. 29-51, 2015.

FNDE disponível em:
<<https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes?ano=2019&programa=C7&cnj=&estado=BA&cidade=291650&tipoEntidade=todos&confirmar=Confirmar>>.
Acesso em: 08 mai. 2019.

RAMOS FILHO, E. S. O campesinato entre a segurança e a soberania alimentar. *In: Estado, políticas públicas e territórios.* 1 ed. São Paulo: Outras Expressões. v. 1, p. 39-64, 2017.

RAU, Raquel. **Modos de comer, modos de viver:** Um olhar sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e suas interfaces com a cultura e o desenvolvimento local a partir de famílias rurais pomeranas de São Lourenço do Sul. Dissertação PGDR. Porto Alegre. UFRS, 2016.

SZIWELSKI, N.K.; GRAHL, F.; FILLIPE, C.; TEO, C. R. P. A.; GALLINA, L. S. Implicações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Renda e Organização de Agricultores Familiares. *In: Revista Brasileira de Políticas Públicas,* v. 5, p. 221-239, 2016.